

OPERAÇÃO SEM REFINO

PF empareda Cláudio Castro

Segundo a investigação, ex-governador do RJ teria conexão com esquema da Refit, acusada de sonegar bilhões em impostos

» ALÍCIA BERNARDES
» IAGO MAC CORD
» FABIO GRECCHI

O ex-governador fluminense Cláudio Castro (PL) e o empresário Ricardo Magro, controlador do Grupo Refit, foram alvos, ontem, da Operação Sem Refino, deflagrada pela Polícia Federal (PF). Os dois teriam envolvimento num esquema de sonegação de impostos e prejuízos bilionários aos cofres públicos, sobretudo do Estado do Rio de Janeiro. Por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), foram bloqueados aproximadamente R\$ 52 bilhões em ativos financeiros ligados à Refit, que atua no setor de combustíveis, além da suspensão de atividades econômicas do grupo. O desembargador Guaraci Campos Vianna, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), foi outro dos alvos da incursão da PF.

A Sem Refino investiga uma organização criminosa que utilizaria uma complexa estrutura societária e financeira para ocultar patrimônio, dissimular bens, praticar evasão de divisas e fraudar o recolhimento de impostos. Ao todo, foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão e sete medidas de afastamento de função pública nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. Entre os alvos também estão servidores estaduais, policiais federais e integrantes do Judiciário fluminense suspeitos de ligação com o esquema.

Moraes ainda determinou a inclusão do nome de Ricardo Magro na Difusão Vermelha da Interpol. Caso o pedido seja aceito, ele poderá ser preso em qualquer um dos países integrantes da rede

Rafael Campos/Governo do RJ



Defesa de Castro disse ter sido surpreendida pela PF

Divulgação



Magro foi incluído na Difusão Vermelha da Interpol

Divulgação/TJ-RJ



Guaraci desinterditou o parque industrial da Refit

de cooperação policial. Segundo o ministro, a decretação da prisão preventiva e o acionamento internacional deve-se em razão da permanente fuga do empresário.

Segundo as investigações, o Grupo Refit — antiga Refinaria de Manguinhos, que pertencia ao Grupo Peixoto de Castro —, acumulou cerca de R\$ 52 bilhões em dívidas tributárias, sendo aproximadamente R\$ 48,8 bilhões concentrados na própria refinaria. A PF sustenta que empresas ligadas ao conglomerado operavam em cadeia para evitar o pagamento de

ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação), além de recorrer a decisões judiciais para postergar cobranças fiscais.

Segundo os investigadores, factoring, fundos de investimento e offshores teriam sido usados para “branquear” recursos provenientes de vendas subfaturadas de combustíveis e reinseri-los no sistema financeiro com aparência de legalidade. Na decisão, Moraes ressaltou que esse vultoso passivo tributário é fruto

de uma estratégia de deliberada inadiplência fiscal que desequilibra o próprio mercado nacional.

A corporação também apura suspeitas de favorecimento político e cooptação de agentes públicos no governo fluminense. De acordo com a representação encaminhada ao STF, integrantes da Secretaria de Fazenda teriam atuado para beneficiar empresas ligadas ao Refit e dificultar a atuação de concorrentes no mercado de combustíveis.

Conversas interceptadas e trocas de mensagens analisadas pela

PF indicariam pagamentos via Pix, interferências em processos administrativos e articulações para manutenção de incentivos fiscais concedidos ao conglomerado. Moraes destacou o grau de infiltração da organização criminosa nas estruturas estatais e agências reguladoras.

Outro braço da investigação envolve policiais federais lotados em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. A PF afirma ter identificado contatos frequentes entre investigados e agentes públicos, além da utilização de linhas telefônicas

cadastradas em nome de pessoas mortas para ocultar comunicações. O relatório enviado ao STF cita indícios de participação de servidores federais na estrutura da organização criminosa investigada.

A defesa de Castro afirmou ter sido “surpreendida” com a operação e disse que o ex-governador está à disposição da Justiça para prestar esclarecimentos. Já a Refit declarou que as discussões tributárias envolvendo a companhia tramitam nas esferas judicial e administrativa, como ocorre com outras empresas do setor.

Aliados veem candidatura prejudicada

Aliados de Cláudio Castro e integrantes do PL fluminense avaliam que a candidatura do ex-governador fluminense ao Senado ganhou mais um “empêchilo” para se concretizar após a operação da Polícia Federal, mas não descartam a manutenção do nome dele “até que se tenha mais elementos da investigação”. Somada ao imbróglio jurídico pela condenação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — Castro está inelegível até 2030 por decisão da Corte —, a Operação Sem Refino reforça uma corrente do partido que defende outros nomes para a disputa, como o do deputado federal Carlos Jordy e do senador Carlos Portinho.

Preterido pelo partido na disputa, Portinho se coloca como alternativa a Castro. O senador deixou claro ao presidente do diretório estadual do PL, deputado Altineu Côrtes, o desejo de disputar a reeleição. A decisão será do clã Bolsonaro.

A corrente do PL contrária ao nome de Castro defende que o senador Flávio Bolsonaro, pré-candidato à Presidência da República, “não vai abraçar mais um ponto de desgaste para a campanha presidencial”, após virem à tona os áudios que revelaram uma conexão entre ele e o banqueiro Daniel Vorcara, do Banco Master. Outro deputado do PL aposta que o partido pode optar por apoiar um nome de fora do legenda, como o ex-secretário de Polícia Civil do Rio Felipe Curi, pré-candidato à Câmara dos Deputados pelo PP.

Castro pretendia disputar o cargo sub judge, uma vez que foi condenado pelo TSE à inelegibilidade por abuso de poder político e econômico na campanha à reeleição, em 2022. Os investigadores da Polícia Federal (PF) apontam que o ex-governador do Rio atuou para criar um “ambiente propício” para a Refit ao articular um refinanciamento desenhado para atender aos interesses do grupo, com potencial para reduzir em até 95% a dívida da empresa com o Estado do Rio.

Desembargador ajudou a desinterditar complexo

O desembargador Guaraci Campos Vianna, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), foi “cooptado” pelo esquema de fraudes atribuído a Ricardo Magro, do Grupo Refit. Alvo da Operação Sem Refino, da Polícia Federal (PF), ele já está afastado das funções por ordem do corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell.

A origem do suposto engajamento do magistrado com o caso

Refit, segundo a PF, foi a publicação da Lei Complementar 225/2025, em 27 de outubro do ano passado, que instituiu o Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários e Não Tributários do Estado do Rio, de autoria do então governador Cláudio Castro (PL). A LC 225 é conhecida como a “Lei Ricardo Magro”, uma vez que as condições nela estabelecidas “se amoldavam perfeitamente aos

interesses do conglomerado Refit”.

A PF enfatizou que a “Lei Magro” foi publicada um mês após a interdição das atividades do parque industrial da Refit e da retenção de combustíveis importados pela companhia, mediante fiscalização da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da Receita Federal no âmbito da Operação Carbono Oculto.

Ainda segundo a PF, a Refit postulou junto ao Juízo da 5ª Vara

Empresarial da Comarca da Capital o afastamento dos atos administrativos argumentando que “inviabilizariam o adimplimento de suas obrigações constantes no plano apresentado”.

Mas a 5ª Vara declarou-se incompetente. Assim, a Refit interps recurso perante o TJ-RJ, que caiu nas mãos de Guaraci. Nesse momento, segundo a PF, o desembargador deferiu o pedido de desinterdição

total do parque industrial da Refinaria Manguinhos, e determinou o término do processo de soborno do combustível apreendido.

O inquérito chama a atenção para um “beneplácito concedido pelo desembargador Guaraci Vianna para suspender por 120 dias a cobrança das obrigações previstas no plano de recuperação judicial, incluindo o parcelamento de dívidas com o Estado do Rio de Janeiro”.

Ricardo Magro: o cérebro por trás de tudo

O advogado Ricardo Magro, de 51 anos, é especializado em direito tributário pela Universidade Paulista (Unip) e principal controlador do Grupo Refit, empresa que adquiriu em 2008. Considerado pelos pares como uma figura controversa, é classificado pelas autoridades fiscais como o “maior devedor contumaz do país”, com passivos e débitos com o Fisco que superam a marca de R\$ 26 bilhões.

» TRAJETÓRIA

Magro esteve no centro de sucessivas operações policiais e fiscais relacionadas ao mercado de refino e distribuição de combustíveis. Antes da Operação Sem Refino, deflagrada ontem, ele esteve no foco de outras incursões das autoridades.

Operação Poço de Lobato (novembro de 2025)

— Deflagrada pela Receita Federal para desarticular fraudes no ICMS em São Paulo e o uso de uma complexa teia societária (mais de 180 empresas) para blindagem patrimonial.

Operação Carbono Oculto (agosto de 2025)

— Teve o nome citado na investigação que apurou a infiltração de facções criminosas (PCC) e suas respectivas fintechs no mercado de combustíveis paulista.

Prisão em 2016 — Foi preso temporariamente na Operação Greenfield sob a acusação de fraudes e desvios que somavam cerca de R\$ 90 milhões envolvendo os fundos de pensão Petros e Postalis.

» CONEXÕES

Antes de se consolidar como industrial do ramo de combustíveis, Magro atuou nos bastidores do poder em Brasília e no Rio de Janeiro.

Defesa de Eduardo Cunha — Atuou formalmente como advogado do ex-deputado e ex-presidente da Câmara dos Deputados em processos relacionados a fundos de pensão.

Rede de Influência no Judiciário

— Investigações recentes da PF apontam que o esquema da Refit contava com a

cooptação de agentes públicos e membros do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (como o desembargador Guaraci Campos Vianna, afastado do cargo) para emitir liminares favoráveis que garantiam o funcionamento da refinaria mesmo com as vultosas dívidas ativas.

» FUGA E VIDA DE LUXO

Natural de São Paulo, Magro reside em Miami, na Flórida (EUA), desde 2016. Mas, agora, incluído na Difusão Vermelha da Interpol, é considerado foragido pelas autoridades brasileiras. Ele vive em uma mansão no bairro nobre de Coconut Grove, uma das regiões mais valorizadas da cidade.

O imóvel pertenceu anteriormente a LeBron James, o astro do basquete da NBA. Magro passou a morar nela depois de um processo de partilha de bens decorrente da separação da ex-mulher, ocasião em que trocou uma residência anterior (avaliada em R\$ 18,7 milhões) por este endereço.

» PANAMA PAPERS

O nome de Magro também consta nos vazamentos globais do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ), associado a pelo menos seis empresas offshore abertas em paraísos fiscais pelo escritório panamenho Mossack Fonseca.

» LINHA DE DEFESA

O empresário afirma ser alvo de “perseguição institucional” promovida pelas grandes distribuidoras concorrentes do setor de combustíveis, incomodadas com seu modelo de negócios independente. À época da Operação Carbono Oculto, Magro negou ligação com o Primeiro Comando da Capital, afirmando que sofria ameaças da facção por tentar barrar a entrada de criminosos no setor. A gestão da Refit argumenta que os passivos são heranças de administrações anteriores e que os débitos estão sendo discutidos nas esferas administrativa e jurídica, destacando que a empresa pagou cerca de R\$ 1 bilhão ao Estado do Rio no último exercício fiscal.

Declaração falsificada, lucro estratosférico e evasão fiscal

O sistema de sonegação atribuído à Refit funciona de forma altamente estruturada por meio dos seguintes pilares:

1) Fraude na importação de combustíveis (falsidade ideológica)

— A engrenagem começava na entrada do combustível no país. Empresas importadoras ligadas ao grupo compravam gasolina pronta no exterior, mas a declaravam na alfândega como se fossem “derivados brutos de petróleo” ou insumos químicos semelhantes. Os derivados brutos têm uma carga tributária muito menor do que a gasolina pronta. Com isso, bilhões de reais em impostos federais e estaduais deixam de ser recolhidos logo na origem.

2) Uso de “empresas noteiras” e distribuidoras de fachada — Para escoar o combustível importado ou refinado sem pagar o ICMS, o grupo utilizava uma rede de distribuidoras e empresas de fachada (geralmente registradas em nome de “laranjas”). Essas empresas compravam o combustível, repassavam para os postos de gasolina, emitiam as notas fiscais, mas nunca recolhiam o imposto devido. Quando o Fisco tentava cobrar os bilhões em ICMS atrasados, descobria que a distribuidora não tinha patrimônio para pagar a dívida. Pouco tempo depois, o CNPJ era abandonado e uma nova distribuidora de fachada assumia o papel.

3) Blindagem patrimonial e lavagem com fundos fechados — A fim de esconder os altos

lucros obtidos com a sonegação, os operadores criaram uma arquitetura financeira complexa para lavar o dinheiro e impedir o confisco por parte do Estado: o dinheiro era pulverizado em holdings, offshores no exterior e, principalmente, fundos de investimento fechados; e esses fundos operavam com camadas ocultas (um fundo que pertencia a outro fundo, com um único cotista oculto), blindando o patrimônio dos verdadeiros donos do esquema.

4) Proteção política e “amalgama” com agentes públicos — A longevidade do esquema, que gerou uma dívida ativa consolidada de bilhões, dependia de facilitação institucional. Investigações da Polícia Federal apontaram a existência de um “ambiente

convidativo” e leniente criado por agentes do primeiro escalão do governo fluminense.

5) Atuação nos bastidores — O esquema envolve órgãos da administração pública e do Judiciário para emitir pareceres e liminares que permitiam à Refit continuar operando e mantendo as licenças da Agência Nacional do Petróleo (ANP), mesmo sendo devedora contumaz de impostos.

RESULTADO FINAL — Ao vender o combustível sem a margem real dos impostos, o grupo praticava concorrência desleal, asfixiando os concorrentes que pagavam os tributos corretamente e gerando lucros líquidos altíssimos.